



**UNIVERSIDADES FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS  
SOLIDÁRIOS  
POLO SUMÉ – PB**

**JOSINALDO CAVALCANTE**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, MEIO AMBIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: o olhar de  
estudantes e professores da EJA**

**SUMÉ – PB**

**2017**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, MEIO AMBIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: o olhar de  
estudantes e professores da EJA**

**JOSINALDO CAVALCANTE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para obtenção do título de Especialista.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup>. Adriana de Fátima Meira Vital

**SUMÉ – PB**

**2017**

C376e

Cavalcante, Josinaldo.

Educação escolar, meio ambiente e escola solidária: o olhar de estudantes e professores da EJA. / Josinaldo Cavalcante. - Sumé - PB: [s.n], 2017.

50 f.

Orientador<sup>a</sup>: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana de Fátima Meira Vital.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em economia solidária no semiárido paraibano.

1. Educação. 2. Educação de Jovens e Adultos - EJA. 3. Economia solidária. I. Título.

CDU: 374.7 (043.1)

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, MEIO AMBIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: o olhar de  
estudantes e professores da EJA**

**JOSINALDO CAVALCANTE**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa Dra Adriana de Fátima Meira Vital

Orientadora

---

Profa. Dra. Norma Maria Oliveira Lima

Examinadora UFCG

---

MSc Daniel Vilar da Silva

Examinador PMS

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**SUMÉ-PB**

**2017**

*À pessoa mais que especial em minha vida, tão especial, que ao iniciar estas linhas não consegui conter as lágrimas: ao meu pai, Apolônio Cavalcante. Dedico.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar por mais esta conquista em minha trajetória acadêmica.

A minha esposa pelo incentivo e compreensão.

A toda minha família e em especial meu pai de quem o apoio recebi sempre.

A Coordenação do curso EJAECOSOL, nas pessoas das Professoras Mérgia Ribeiro e Crislene Moraes pelo compromisso, ética e respeito para com nós educandos.

A estimada orientadora deste trabalho, professora Dr<sup>a</sup> Adriana de Fátima Meira Vital, para quem as simples palavras não são suficientes para descrever a importância que teve a mesma na concretização deste.

Aos examinadores Profa. Dra. Norma Maria Oliveira Lima e Daniel Vilar da Silva Mestre em Agroecologia, por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora e por suas sugestões para a melhoria deste trabalho.

A todos os professores que lecionaram nas disciplinas do curso, os quais trouxeram grandes contribuições para minha formação acadêmica.

.Aos colegas de turma com os quais aprendi bastante durante o curso.

Aos alunos e professores da Escola Estadual José Senador José Gaudêncio, por terem aceitado participar voluntariamente de nossa pesquisa. E à Direção e demais funcionários, pela acolhida que me foi dispensada durante o tempo em que estive realizando a coleta dos dados.

*A educação é a arma mais poderosa que você pode  
usar para mudar o mundo.  
(Nelson Mandela).*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>13</b>
2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS.....	13
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	18
2.4 OS RECURSOS NATURAIS COMO OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA.....	21
2.5 ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	25
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>25</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	25
3.2 PÚBLICO ESTUDADO.....	25
3.3 DESCRIÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA.....	25
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETAS E TRATAMENTO DOS DADOS.....	28
3.5 PROCEDIMENTO ÉTICO DA PESQUISA.....	29
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>30</b>
4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES.....	30
4.2 PERFIL DAS PROFESSORAS.....	33
4.3 PESQUISA DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	33
4.4 CONCEPÇÃO DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS.....	38
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>44</b>

## RESUMO

Entende-se a escola um ambiente de socialização e compartilhamento de saberes, onde os indivíduos devem ser preparados não somente para o mercado de trabalho, mas principalmente para a vida em sociedade, o que envolve a formação de uma consciência ambiental, focada no conhecimento da natureza e sua preservação ambiental e nas possibilidades de empoderamento e da promoção da cidadania ativa. Nesse cenário, a pesquisa objetivou investigar a percepção de educandos de uma turma de 3º ano do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre Meio Ambiente e Economia Solidária, além de analisar a forma de abordagem das temáticas pelos professores. O trabalho foi conduzido numa escola do município de Serra Branca-PB e o instrumento da pesquisa foi o questionário semiestruturado. Verificou-se que o entendimento dos educandos sobre o conceito de Meio Ambiente ainda é muito incipiente, superficial, não condizente com o que se espera quanto a preparação para a vida profissional e ação cidadã desses alunos. Quanto ao tema Economia Solidária, a fragilidade nos conceitos e compreensões é ainda maior. Referente aos professores, estes disseram que consideram importante trabalhar os temas acima referidos, mas não há presença de trabalhos desenvolvidos na área, quanto a forma de abordagem, mencionaram as exposições teóricas, os trabalhos em grupo, pesquisa na internet, seminário, apresentação de vídeos e slides. Faz-se necessário, portanto, que a escola e os professores organizem atividades cujo intuito seja proporcionar aos educandos um conhecimento mais abrangente sobre Meio Ambiente e Economia Solidária, de modo a fortalecer o protagonismo dos estudantes e possibilitar a reflexão e a criticidade.

**Palavras-Chave:** EJA. Educação Ambiental. Economia Solidária.

## ABSTRACT

The school is understood as an environment of socialization and sharing of knowledge, where individuals must be prepared not only for the labor market, but especially for life in society, which involves the formation of an environmental conscience, focused on the knowledge of the Nature and its environmental preservation and in the possibilities of empowerment and the promotion of active citizenship. In this scenario, the research aimed to investigate the perception of learners of a 3rd grade classroom of the Education of Young and Adults (EJA) on Environment and Solidarity Economy, as well as to analyze how teachers approach the subject. The study was conducted in a school in the municipality of Serra Branca-PB and the research instrument was the semi-structured questionnaire. It was verified that the students' understanding of the concept of the Environment is still very incipient, superficial, not consistent with what is expected regarding the preparation for the professional life and citizen action of these students. As for Solidarity Economy, the fragility in concepts and understandings is even greater. Regarding the teachers, they said that they consider it important to work on the themes mentioned above, but there is no presence of developed works in the area, as well as the way of approach, they mention the theoretical expositions, group work, internet research, seminar, video presentation And slides. It is necessary, therefore, that the school and teachers organize activities whose purpose is to provide students with a more comprehensive knowledge on the Environment and Solidarity Economy, in order to strengthen the protagonism of students and enable reflection and criticism.

Keywords: EJA. Environmental education. Solidarity Economy.

## LISTA DE GRÁFICOS/TABELAS/QUADROS

<b>GRÁFICO 1- IDADE DOS ALUNOS PESQUISADOS.....</b>	<b>30</b>
<b>GRÁFICO 2- ESTADO CIVIL DOS PESQUISADOS.....</b>	<b>31</b>
<b>GRÁFICO 3- SEXO DOS ALUNOS PESQUISADOS.....</b>	<b>31</b>
<b>GRÁFICO 4- OCUPAÇÃO DOS PESQUISADOS.....</b>	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 5- LOCALIDADE DE MORADIA DOS ESTDANTES.....</b>	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 6- PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>34</b>
<b>GRÁFICO 7. CONCEITUAÇÕES DOS ESTUDANTES DA PESQUISA PARA MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 8. PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>37</b>
<b>TABELA 1 PERFIL DAS PROFESSORAS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA.....</b>	<b>33</b>
<b>FIGURA 1 MAPA DA CIDADE DE SERRA BRANCA.....</b>	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O esgotamento dos recursos naturais e a reação da natureza por meio de fenômenos e cataclismos, como tsunamis, enchentes, secas prolongadas, tem levado o homem a refletir sobre sua relação desordenada e insustentável com o meio ambiente. Tal postura tem exigido dos governantes medidas que visem não somente a proteção ecológica, mas também a conscientização da população no sentido de que se compreenda que a utilização dos recursos naturais de forma irracional pode levar à destruição do próprio homem. Nesse cenário, é possível acompanhar na mídia continuamente os noticiários acerca da dilapidação do solo, consequência do mau uso e manejo e da exploração que se verifica de forma agressiva e sem consciência.

Frequentemente a degradação do solo pode ser associada ao desconhecimento que a maior parte da população tem das suas características, importância e funções. De modo geral, na educação fundamental e média, os estudantes não têm acesso a informações corretas tecnicamente, úteis ou adequadas à realidade brasileira, o que pode ser evidenciado nas deficiências e falhas existentes nos materiais didáticos disponíveis. Os professores, por outro lado também não visualizam normalmente o solo como um importante elemento da paisagem, e o ensino de solos, quando existe, torna-se mecânico e sem utilidade para o aluno (LIMA et al., 2006).

Conceitos sobre o solo precisam ser revistos e reconstruídos, sobretudo no ensino básico, onde grande parte dos estudantes trazem consigo avidez por conhecimento, mas não encontram eco no corpo docente, seja por desconhecimento, seja por desinteresse, seja ainda por falta de material que lhes auxiliem na construção dos currículos. A ideia de comunidade interligada, preconizada pela alfabetização ecológica, onde criatura e criação se conectam, precisa ser devidamente observada no ensino básico, de maneira a que esses jovens estudantes possam construir um futuro melhor para a humanidade.

Educar na proposta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por outro lado, é promover o empoderamento das juventudes, sobretudo quando se considera o distanciamento das oportunidades.

Nesse cenário, consideramos que é possível uma interação entre os princípios da Economia Solidária, Educação Ambiental e a Educação de Jovens e Adultos, e que por meio dessa economia é possível transformações na realidade dos educandos de EJA e consequentemente melhores condições de vida e trabalho para esses sujeitos. Mas para isso, é necessário políticas públicas comprometidas com a formação humanizadora do cidadão e não

apenas com a preparação de mão-de-obra para atender as demandas do capital. E principalmente uma alfabetização libertadora e consciente, como defende Paulo Freire, para que sejam sujeitos críticos reflexivos e tenham autonomia para reivindicar seus direitos.

Desta forma, e entendendo ser a escola um ambiente de socialização de conhecimento e saberes, onde os indivíduos são preparados não somente para o mercado de trabalho, mas principalmente para a vida em sociedade, entendendo também a preservação ambiental como extremamente importante para garantir a sobrevivência e continuidade da vida, da atual e das futuras gerações, é imprescindível que os espaços de formação discutam possibilidades de enfrentamento e de empoderamento das pessoas, buscando a formação cidadã, com atitudes pró-ativas, que impulsionem a busca pela melhoria de vida, com justiça social e distributiva, com igualdade e com solidariedade ambiental, princípios estabelecidos na Economia solidária.

Considerando o apelo da proposta da Educação de Jovens e Adultos e a discussão do fortalecimento das práticas de valorização dos recursos ambientais e dos princípios da Economia Solidária para o empoderamento das juventudes no acesso aos mercados de trabalho, a pesquisa objetiva investigar a percepção dos educandos de uma turma de 3º ano do ensino médio da EJA sobre Meio Ambiente e Economia Solidária, além de analisar a forma de abordagem das temáticas pelos professores.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Por educação escolar entende-se o momento em que regularmente se estuda na escola, porém ela vai, além disso, podendo ser entendida como um processo o qual vai gradativa e naturalmente construindo a personalidade e o caráter do indivíduo. Neste processo que perdura toda a existência aprende-se valores como o coletivismo, a busca pelo bem comum entre outros, sobre a educação de forma geral Emile Durkheim faz a seguinte afirmação,

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparada para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, particularmente, se destine (DURKHEIM 1978 p. 41).

Embora a educação possa ocorrer de diversas formas e em diversos ambientes é na escola onde geralmente acontece grande parte da formação educacional do indivíduo. Como afirma Young (2007) à escola “... capacita ou pode capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho”. (YOUNG, 2007)

Durante a história da educação muitas foram as concepções de educação que tem surgido até aos dias de hoje destacamos a concepção de educação tradicional na qual o educando era visto como uma tabua rasa, sendo tarefa da escola e do professor lhe repassar conhecimentos testando por meio de provas se tais conhecimentos haviam sido assimilados ou não.

Outra concepção de ensino denominada de libertaria e que tem o educador pernambucano Paulo Freire como um de seus principais teóricos, busca um tipo de educação em que contribua para a transformação e ampliação dos horizontes educativos, buscando identificar as contradições existentes na realidade social. Para Freire “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996 p 47).

Ou seja, Freire defendia um tipo de educação que considerasse os conhecimentos trazidos pelos discentes, e a partir de tais conhecimentos outros seriam construídos de forma dialógica e não repassados como no modelo do qual era crítico. Segundo o que reza a Lei nº

9.394 de 20 de Dezembro de 1996 compreendem a Educação Básica, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e ainda pela Educação Superior.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA Que no Brasil surgiu desde o início da colonização, perpassa todos os níveis de ensino da educação básica, na constituição cidadã de 1988 encontramos o respaldo para EJA enquanto modalidade de educação pública, de acordo com o que está escrito na carta magna,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/1988, ARTS. 205 E 208).

Comungando com a constituição, o artigo 37 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, apresenta a EJA como uma modalidade de ensino que tem como público alvo as pessoas que por algum motivo não deram continuidade em seus estudos, bem como, para aqueles que na idade própria não tiveram acesso ao ensino.

Ao longo de sua trajetória, a EJA no Brasil tem enfrentado inúmeras dificuldades para alcançar uma identidade própria, de acordo com Moura (2009),

A EJA somente passa a receber atenção por parte do poder público na década de 1940, quando acontecem inúmeras iniciativas políticas pedagógicas de peso tais como: a regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP); a criação do INEP, incentivando a realização de estudos na área; o surgimento das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino Supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (AEAA), através da qual houve uma preocupação com a elaboração de material didáticos para adultos e a realização de dois eventos fundamentais para a área: o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1949. (MOURA 2009, p. 50),

Apesar das ações acima terem dado bastante visibilidade a EJA elas não foram suficientes no sentido de que se criasse um projeto específico para esta modalidade de ensino.

No Brasil, a modalidade de ensino EJA apresenta forte ligação com o educador pernambucano Paulo Freire e isso se dá principalmente por conta de um sistema desenvolvido pelo referido autor em 1960, sistema este que foi bastante exitoso e que ficou conhecido em todo o país, esta nova forma de alfabetização de pessoas adultas tinha o intuito de promover uma educação libertadora e que formasse cidadão críticos.

De acordo com a proposta freiriana as experiências, opiniões e história de vida dos discentes devam ser levadas em consideração no processo de ensino aprendizagem, ou seja, é preciso tomar como base a realidade do educando. Para Freire 2002, p. 58 aprender a ler e escrever é muito mais que memorizar sílabas, palavras ou frases, é principalmente “refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem”.

Em 1964 o golpe militar interrompe os planos de Freire e de outros defensores não somente da educação, mas também da cultura popular, como assegura Haddad e di Pierro, (2000),

O golpe militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos, seus ideais, censurados. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos. [...] A atuação do Movimento de Educação de Base da CNBB foi sendo tolhida não só pelos órgãos de repressão, mas também pela própria hierarquia católica, transformando-se na década de 1970 muito mais em um instrumento de evangelização do que propriamente de educação popular. As lideranças estudantis e os professores universitários que estiveram presentes nas diversas práticas foram cassados nos seus direitos políticos ou tolhidos no exercício de suas funções (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 6).

Em 1967 por meio da lei 5.379/67, é criado pelo governo militar Movimento Brasileiro de alfabetização (MOBRAL), este órgão apesar de executar planos para a alfabetização dos jovens e adultos não estimulava a formação crítica e cidadã como ocorria na proposta freiriana.

Segundo Moura (2009) a educação de adultos passa a ser denominada de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos anos de 1980, e isto devido ao elevado número de jovens que passaram a estudar por meio desta modalidade de ensino. Com a promulgação da constituição de 1988 que em seu artigo 205 afirma ser a educação um direito de todos. As pessoas que não foram alcançadas por tal direito passam agora a exigí-lo.

Deve-se garantir aos educandos da EJA participação não somente na escola, mas também na sociedade sem que haja discriminação, daí a importância dos princípios humanitários por meio dos quais os profissionais da educação passam a compreender os conceitos de economia solidária, e não somente eles, mas também a sociedade e o poder público. Como assegura Santos (2004),

A educação de adultos exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento do jovem adulto como sujeito ativo. Coloca-nos o desafio de pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade: ter o direito de ser igual quando a diferença nos inferioriza e o de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que o reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos. (SANTOS, 2004)

Para Haddad apud PORCARO 2011,

A EJA é uma conquista da sociedade brasileira e o seu reconhecimento como um direito humano aconteceu de maneira gradativa ao longo do século passado, atingindo sua plenitude na Constituição de 1988, quando o poder público reconhece a demanda de jovens e adultos que não realizaram sua escolaridade pelo direito aos cursos regulares. Porém, segundo esse autor, apesar desse reconhecimento de que toda a sociedade brasileira tem direito a uma escolarização, os fatos históricos posteriores limitaram a concretização desse direito, no contexto das reformas neoliberais implementadas nos anos seguintes. (PORCARO, 2011, p. 31)

Concebida como educação que acontece ao longo da vida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, A educação de adultos como afirma (FERNANDES, 2005, p. 24). “envolve todos os processos de educação continuada vivida pelos adultos escolarizados ou não, nas diversas sociedades”.

## 2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

As mudanças advindas da revolução industrial das quais surgiram não somente os avanços tecnológicos, mas também uma onda de desempregados nunca visto na história da humanidade, nesta nova ordem denominada de sistema capitalista o homem foi substituído pelas máquinas e pelo fato de os meios de produção estar concentrados nas mãos de uma minoria rica a grande massa restava-lhes vender sua força de trabalho, a economia solidária surge como sendo um contraponto a esta forma de produção cuja lógica é excluir e humilhar o cidadão.

A economia solidária tem como objetivo ir de encontro à situação de exploração, desigualdade e desemprego provocado pelo sistema capitalista, de acordo com Singer (2002),

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isto significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (SINGER 2002, p. 122),

Embora tenha demonstrado ser uma alternativa consistente de combate à exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras, a economia solidária enfrenta inúmeros desafios, um deles é o

fato de as pessoas não estarem acostumadas a dividirem e serem solidárias. No entanto mesmo se colocando como alternativa ao capitalismo, a economia solidária consegue se sobressair por ser um sistema de produção no qual os trabalhadores e trabalhadoras enxergam a oportunidade de viverem de maneira mais justa e inclusiva. Como assegura Singer (2003)

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é do seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER 2003, p. 86).

Ou seja, mesmo sendo predominante na atual sociedade o capitalismo tem dentro de si os elementos através dos quais não consegue impedir o desenvolvimento da economia solidária, e um desses elementos é a exclusão.

Para Nascimento (2010), a economia solidária constitui-se como sendo “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democratização interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital [...]”. Ou seja, esta nova maneira de produzir além de evitar a exploração do homem pelo homem.

Com o intuito de se colocar como sendo uma alternativa frente ao sistema capitalista, a economia solidária tem se caracterizado como um importante instrumento de lutas e conquistas dos trabalhadores em meio às explorações por eles sofridas. No Brasil, a economia solidária surge a partir de experiências de associações de trabalhadores rurais e urbanos, tendo como pano de fundo as mudanças que nos setores econômicos e sociais ocorriam nos anos de 1990. Para Singer (2005),

A economia solidária pode ser pensada como um modo de produção idealizado para superar o capitalismo. Sendo assim, para entender a lógica da primeira é preciso examinar a do último. A pedra de toque do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção, mas não de qualquer meio de produção. Trata-se especificamente dos meios “sociais” de produção, ou seja, dos meios que só podem ser operados coletivamente. (SINGER 2005, p. 13)

Como se pode observar nas palavras do autor acima citado o trabalhador no sistema capitalista é obrigado a vender sua força de trabalho sendo o apropriar-se dos meios de produção uma regra básica do capitalismo. De acordo com Medeiros (2009) o número de trabalhadoras e trabalhadores que

nos meios rurais e urbanos lutam pelo direito de viverem dignamente já passa de um milhão e quinhentos mil pessoas.

### 2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Trabalhar a Educação Ambiental nos dias atuais tem se constituído em um grande desafio para as escolas, visto que boa parte delas não dispõe de professores com formação em biologia ou ecologia, no entanto ao pretender ser um espaço social no qual o educando possa dar continuidade ao seu conhecimento a escola não se furtar a busca por desenvolver nos aprendizes comportamentos que seja ambientalmente corretos.

Trabalhar a Educação Ambiental nas escolas é uma exigência do Ministério da Educação, no entanto mais que uma obrigação institucional deve-se ter a consciência da importância de se preservar a natureza, tanto para nós mesmos, quanto para as futuras gerações.

Diferentemente do que ocorre ainda em algumas escolas, a educação ambiental deve ser trabalhada de forma contextualizada possibilitando desta forma melhor compreensão por parte dos educando, uma educação ambiental que tenha como base princípios tradicionais de ensino ou ensino bancário como diria Freire não permite ao educando participar da construção do conhecimento, da conscientização e da mudança de atitude, ou seja, não permite conceber a transformação como princípio fundamental da educação, princípio este que é defendido por Brandão (1997), Freire (1998), Guimarães (2000) e tantos outros.

Sobre a dificuldade de se trabalhar a Educação Ambiental na escola Andrade (2000) afirma que,

fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente implementar um projeto ambiental que vá alterar a rotina na escola, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculo à implementação da Educação Ambiental (ANDRADE 2000, p. 22).

Juntando-se ainda aos problemas estruturais acima mencionados, temos também o fato de a escola estar estruturada em um sistema no qual posturas consumistas e degradantes são constantemente legitimadas, tais posturas “beneficiam” apenas pessoas com poder econômico.

De acordo com Reigota (2007, p.28), “o desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político)”. Ou seja, tendo em vista a urgência exigida pelas questões que envolvem o meio ambiente e levando em consideração a forma como a educação ambiental é encarada pela sociedade é necessário aprofundar as discussões sobre tal tema.

Ainda segundo o referido autor, “a educação ambiental tem contribuído para uma profunda discussão sobre a educação contemporânea em geral já que as concepções vigentes não dão conta da complexidade do cotidiano em que vivemos nesse final de século.” Reigota (2007, p. 28 e 29).

Apesar de o currículo escolar possuir muitos limites como, por exemplo, a obrigatoriedade de tratamento de temas nas disciplinas específicas, deve-se seguir propostas metodológicas que sejam inovadoras e capazes de promoverem uma Educação Ambiental que seja significativa, como assegura Sato (2001),

A inserção da dimensão ambiental no currículo escolar deve envolver uma visão crítica e sistêmica da complexidade da problemática ambiental, isto é, a visão de que as questões ambientais e a complexidade das relações entre o ambiente natural e o social só pode ser compreendidas a partir de uma abordagem interdisciplinar e transversal da Educação Ambiental (SATO 2001, p. 25).

A visão epistemológica e metodológica acima apresentada deve ser implementadas tantos no currículo formal da escola quanto para nos espaços não formais.

De acordo com o que reza os Parâmetros Curriculares Nacionais (1990),

A principal função de trabalho dentro da escola com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e a atuarem na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informação e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. Esse é o grande desafio para a educação. Comportamentos ambientalmente corretos serão aprendidos na prática do dia-a-dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e do diversos ambientes (PCN, 1990, p. 67).

Ou seja, informar e dar conceito é pouco de mais, dada a importância da instituição escolar para a formação do indivíduo. Faz-se necessário trabalhar atitudes, formação de valores com o ensino de habilidades e procedimentos.

De acordo com Arroyo (2000),

A existência de práticas e produtos da escola pode ser vista como rotina, como tradição, como um peso, mas também como garantia de continuidade de seu papel social na contribuição para transformação. Estratégias didáticas podem construir elementos fundamentais para o desenvolvimento da EA crítica, quando contribuem para que o processo educativo não se resuma ao uso do livro; valorizam o diálogo entre saberes em uma dinâmica interativa (Arroyo 2000, p. 153).

Dito de outro modo, inovar a prática pedagógica instiga, motiva e desperta no educando capacidades adormecidas as quais contribuirão na inteiração com a sociedade.

Segundo o que está escrito na Lei N.º 9.795, de 27 de Abril de 1999: a educação ambiental pode ocorrer tanto de maneira formal quanto informal como veremos a seguir.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 13. Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Deve ainda de acordo com a referida lei englobar: I – educação básica: a. educação infantil; b. ensino fundamental e c. ensino médio; II – educação superior; III – educação especial; IV – educação profissional; V – educação para jovens e adultos.

Ao longo dos tempos, o meio ambiente tem sido conceituado de diversas formas chegando inclusive a ser visto como algo separado do ser humano, mas como afirma Hughes apud (HOEFFEL *et al*, 2008),

A idéia de ambiente como algo separado dos seres humanos e que serve apenas como pano de fundo para a história humana é uma visão enganosa. Qualquer coisa que os seres humanos façam para a comunidade ecossistêmica os afeta inevitavelmente. A humanidade nunca existiu isolada do resto da vida, e não poderia existir sozinha, pois ela depende das associações complexas e íntimas que tornam a vida possível (HOEFFEL *et al*, 2008, p.4).

De acordo com Siliamy (apud REIGOTA, 2004) meio ambiente “é o que cerca um individuo ou um grupo, englobando o meio cósmico, geográfico, físico e o meio social com as suas instituições, sua cultura, seus valores”. Já para JORGE Pierre, apud REIGOTA,

Ao mesmo tempo o meio é um sistema de relações onde a existência e a conservação de uma espécie são subordinados aos equilíbrios entre processos destrutores e regeneradores e seu meio – o meio ambiente é o conjunto de dados fixos e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico. (REIGOTA 2004, p. 34).

O termo sustentabilidade advém do latim “*sustentare*” e significa sustentar; defender, favorecer, apoiar; conservar, cuidar. Ou seja, é a habilidade ou capacidade de por algum tempo suportar determinadas condições. De acordo com o Relatório de Brundtland (1987), agir de forma sustentável é "suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas".

Embora as práticas sustentáveis sejam vista por muitos autores como algo extremamente positivo no sentido de garantir a sobrevivência das futuras gerações, elas não são unanimidade, de acordo com Leff (1999),

O discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitantes que respondem a visões e interesses diferenciados. Suas propostas vão desde um neoliberalismo econômico, até a construção de uma nova racionalidade produtiva (LEFF, 1999 p. 123).

Ou seja, pelo fato de contrariar interesses principalmente econômicos de determinados grupos a sustentabilidade não é vista com bons olhos por tais grupos tornando na visão dos mesmos uma espécie de gargalo impedindo-lhes de alcançarem seus objetivos que é o lucro e a acumulação cada vez maior de capital.

#### 2.4 OS RECURSOS NATURAIS COMO OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA

Uma das possibilidades de se utilizar os recursos naturais como oportunidades de geração de renda consiste no turismo, não no turismo na forma tradicionalmente conhecida, mas naquele modelo que ficou conhecido como turismo sustentável, uma vez que, como assegura Pires (2002),

o conceito de turismo sustentável, portanto, fundamenta-se no próprio princípio universal de sustentabilidade, que implica a necessidade de conservar os recursos para que as futuras gerações possam utilizá-los e desfrutá-los com os mesmos direitos das gerações atuais. Toda e qualquer atividade pode e deve ser sustentável, e essa premissa contempla tanto o turismo convencional como todos os demais tipos alternativos. (PIRES 2002, p. 117)

Dito de outra forma, o turismo sustentável tem por objetivo apresentar alternativa que seja viável e de baixo impacto ambiental.

De acordo com a Organização dos Estados Americanos – OEA a,

Sustentabilidade ecológica – o desenvolvimento deverá ser compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os recursos biológicos. Sustentabilidade cultural – o desenvolvimento deverá

proporcionar ao homem mais controle de sua vida, ser compatível com a cultura e com os valores da população envolvida, manter e fortalecer a identidade da comunidade. Sustentabilidade econômica – o desenvolvimento deverá ser economicamente eficiente e os recursos deverão ordenar-se de tal maneira que também sirvam às gerações futuras. Sustentabilidade local – o desenvolvimento tem por objetivo beneficiar as comunidades locais e sustentar a rentabilidade das empresas locais (PIRES, 2002, p.122).

Faz-se necessário, portanto, aprofundar as dimensões acima apresentadas com intuito de que se chegue se não a uma sustentabilidade plena ao menos, maior que no turismo tradicional.

Nesse sentido, é importante considerar os usos do solo. Na atividade de turismo sustentável, o artesanato das comunidades rurais deve ser evidenciado.

Nas últimas décadas a área rural brasileira tem ganhado novas funções e oferecido inúmeras oportunidades de trabalho e renda por meio de atividades seja elas agrícolas ou não-agrícolas, ou seja o ambiente rural não mais está restrito àquelas atividades ligadas à agropecuária e agroindústria.

Devido a grande dificuldade enfrentada pelos pequenos produtores em permanecerem no campo, principalmente com a modernização da agricultura, esta, responsável por gerar desemprego e exclusão social, têm contribuído para o surgimento da pluriatividade no campo possibilitando o aumento na renda e garantindo a sobrevivência e permanência no ambiente rural.

Pode se afirmar que hoje a agricultura de subsistência divide espaço com a agropecuária moderna em um conjunto de atividades tais como, o lazer, prestação de serviços e até na indústria, de modo que os limites entre urbano e rural tende-se a estreita-se cada vez mais nos municípios brasileiros país.

A atividade de turismo contribui com possibilidades inovadoras para geração de trabalho e renda, sobretudo quando trabalhada de maneira sustentável, minimizando impactos ambientais e trazendo benefícios sociais, culturais e econômicos.

Os frutos da atividade turística podem ser observados nestes setores, sendo o turismo, portanto, um colaborador nato para o desenvolvimento de uma comunidade, território, município ou região.

A atividade turística rural relaciona-se com os acontecimentos e conhecimentos do dia-a-dia da vida no campo e às atividades envolvidas na produção agropecuária, baseando-se nos

preceitos de resgate às origens, contato com a natureza e a valorização da cultura local. Esses aspectos, aliados a uma infraestrutura e a um planejamento adequados, tornam-se um excelente produto turístico.

Nos anos 80, a exemplo do que já ocorria há anos nos países desenvolvidos passa a ocorrer no meio rural brasileiro, como assegura Graziano da Silva (2002), uma configuração que ficou sendo denominada de “novo rural”, tal configuração têm em sua formação três grupos de atividades tais seja, agropecuária moderna, atividades não agrícolas e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias.

Considerando a proposta de exploração sustentável dos recursos ambientais, é possível aliar a atividade turística à valorização da natureza, buscando sensibilizar as pessoas para a adoção de comportamentos éticos e saudáveis, ao mesmo tempo em que desperta para a necessidade de cuidar do meio ambiente. Assim, é possível ter na natureza a possibilidade de agregar valores para a busca de soluções.

Na atividade turística é possível somar a discussão do fortalecimento das práticas de valorização do uso não agrícola do solo à figura do artesão, cuja profissão foi oficialmente reconhecida recentemente (Lei 13.180/2015). A oportunidade pode resultar em ganhos para o ambiente e para as comunidades, oportunizando a solidariedade social e a justiça distributiva.

## 2.5 ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Os primeiros estudos referentes à percepção ambiental surgiram nos fins da década de 1950 e início da década de 1960, advindos da intensa preocupação em conhecer e tentar explicar como e quais eram as atitudes e valores atribuídos por determinada população ao que se referia sobre conhecimentos de questões ambientais (MENDES, 2006).

A percepção ambiental é atualmente, um tema recorrente que venha contribuir e colaborar para a consciência e prática de ações individuais e coletivas, sendo assim, o estudo da percepção ambiental é de tal relevância para que possa compreender-se melhor as interrelações entre o homem do campo e o ambiente, suas expectativas, suas satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (PACHECO; SILVA, 2007).

Além disso, a percepção ambiental integra elementos da psicologia, da geografia, da biologia e da antropologia, entre outras ciências, tendo como objetivo principal o entendimento sobre os fatores, os mecanismos e os processos que levam o homem a possuir percepções e comportamentos distintos em relação ao meio ambiente.

Sendo um instrumento baseado, dentre outras estratégias, na aplicação de entrevistas, que analisa a opinião, as percepções sobre o ambiente, seus problemas e possíveis soluções a partir dos entrevistados, a Percepção Ambiental é um caminho para que se aponte estratégias de ação, através da adoção de um modelo de gestão mais participativa onde se pode chegar a soluções de problemas, como aponta Tuan (1980) ao dizer que a percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo.

Davidoff (1983) afirma que ‘nossos sentidos podem ser considerados como nossas janelas para o mundo’. O mesmo define percepção como processo de organizar e interpretar dados sensoriais recebidos (sensações) para desenvolver-se a consciência do ambiente que nos cerca e de nós mesmos. É pois, interpretação, uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio.

Faggionato (2004) ainda argumenta que a percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo ser humano, ou seja, o ato de perceber o ambiente em que se está inserido.

Além de avaliar as diversas formas de uso dos recursos naturais, a percepção ambiental, é um instrumento utilizado em diversas áreas do conhecimento, para a melhoria da qualidade de vida do homem e das demais espécies que com ele interagem, podendo ser definida como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem; ou seja, o ato de perceber o ambiente no qual se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo (MARIN et al., 2003).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo em questão trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e quantitativa com técnica de análise de conteúdo. Para essa pesquisa, segundo Vergara (2009), “é realizada em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”.

A pesquisa também caracterizou-se, segundo os procedimentos, como estudo de caso com análise quali-quantitativa das informações levantadas em campo. A pesquisa qualitativa tem a finalidade de “[...] explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2003, p.68).

No que diz respeito aos meios de investigação, optou-se pela pesquisa de campo, que, também de acordo com o autor, é “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

#### 3.2 PÚBLICO ESTUDADO

Os sujeitos da pesquisa foram duas professoras e dezenove alunos das disciplinas de Biologia e Geografia do 3º ano do Ensino Médio na modalidade EJA da Escola Estadual de Ensino Médio Regular Senador José Gaudêncio.

#### 3.3 DESCRIÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Regular Senador José Gaudêncio, situada na Rua Boaventura Cavalcante, nº 79, Centro, Serra Branca, microrregião do Cariri paraibano.

O município de Serra Branca está localizado na microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba. Segundo o último Censo do IBGE (2010) o referido município contava com uma população de 12.973 habitantes.

A sede do município encontra-se a 493 m de altitude, tendo sua situação geográfica determinada pelas coordenadas 07° 29' 00" de Latitude S e 36° 39' 54" de longitude W.

Serra Branca ocupava em 2015 segundo dados do instituto acima mencionado 687,535 km<sup>2</sup>, e tinha em 2014 um PIB per capita a preços correntes 2014 de R\$ 7.652,83. O clima é do tipo Bsh Semiárido tropical quente (KÖPPEN; GEIGER, 1928), a vegetação é típica do bioma Caatinga, os solos são predominantemente jovens, pouco profundos, classificados segundo Embrapa (2013) como LUVISSOLOS e NEOSSOLOS, com algumas manchas de CAMBISSOLOS e afloramentos rochosos.

A cidade limita-se ao Norte com os municípios de São José dos Cordeiros e Parari; ao Sul com Congo e Coxixola; à Leste com São João do Cariri e à Oeste com Sumé, conforme Figura 1.

**FIGURA 1-** Mapa da Cidade de Serra Branca



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=251550>

A Escola Estadual de Ensino Médio Regular Senador José Gaudêncio teve sua origem no Ginásio Comercial Wamberto Torreão, fundado em 08 de março de 1963, pelo Cônego João Marques Pereira. De início a escola surgiu com a modalidade de ensino profissionalizante até a criação do antigo ginásial (atual Fundamental II), que funcionou por um tempo em caráter particular, vindo a obter caráter público em 1966, quando foi estadualizada pelo Decreto no 6.450 de 06 de março de 1975, quando passou a denominar-se Colégio Estadual de Serra Branca. Atualmente a escola conta com um quatro modalidades de ensino: Ensino Fundamental II, Ensino Integral, Ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP 2017), da Escola Estadual de Ensino Médio Regular Senador José Gaudêncio, a mesma teve sua origem no Ginásio Comercial Wamberto Torreão, no ano de 1963. Porém, sua estadualização ocorreu no dia 06/03/1975,

por meio do Decreto Nº 6.450, com o nome Colégio Estadual de Serra Branca, tendo sua autorização para funcionamento pela Resolução do CEE (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), nº1. 049, de 05/08/1984

A escola acima referida orienta também as ações e atividades curriculares para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA – Ciclos: VI e VII) e o Ensino Médio Regular diurno e noturno, que visa à formação de seres humanos críticos, reflexivos e conscientes de seus deveres e direitos, preparando-os para futuramente integrá-los ao mercado de trabalho.

Segundo o PPP (2017, p.5-6), a clientela dessa escola é oriunda da zona urbana e rural com um perfil socioeconômico bem diversificado. A maior parte do alunado é de famílias pertencentes a uma classe social de baixa renda que sobrevive da agricultura, de um salário mínimo, das Políticas Públicas do Governo Federal, de empregos públicos do Estado e da Rede Municipal e outros de pequenos serviços, além de aposentados do INSS.

Quanto à infraestrutura, segundo o documento supra citado, a escola dispõe de: 01 diretoria; 13 salas, destas 09 funcionam como sala de aula, 01 para sala de música, 01 para laboratório de Matemática, Robótica e Xadrez, 01 para depósito; 01 biblioteca com bom acervo de livros didáticos e literários, oriundos do FNDE, 01 laboratório de ciências bem equipado; 01 laboratório de informática com 20 computadores; 01 sala audiovisual com 02 TVs LCD, 04 data show, 03 filmadoras, 01 máquina fotográfica digital, 03 notebook, 03 caixas de som, 02 micro system, 03 DVDs, 02 telas de projeção; 01 impressora, 01 laboratório móvel de informática com 40 netbooks, 08 câmeras de segurança, 01 lousa digital e 01 home theater; 01 cantina com 02 depósitos; 01 quarto para arquivo da secretária; 01 quarto para material de Educação Física; 01 sala para os professores; 01 guarita; 01 quadra poliesportiva sem cobertura; 08 sanitários para alunos; 02 sanitários para cadeirantes; 02 sanitários para professores; 02 vestiários (feminino/masculino, com banheiros); na estrutura externa há 02 pavilhões, (um é utilizado como refeitório e outro como auditório) e passarelas com áreas livres.

A estrutura administrativa e pedagógica conta com 27 professores, dos quais 20 são efetivos (01 de licença) 01 readaptado e 05 contratados, fazendo parte do Ensino Médio Regular e EJA, todos com capacitação em sua área profissional; 29 funcionários de apoio, sendo 11 efetivos e 18 contratados. Dos efetivos, (03) estão na equipe gestora, 01 na Coordenação Pedagógica. Há também um Conselho Escolar atuante composto por 14 membros (representando alunos, professores, pais, funcionários, comunidade e equipe

gestora) e Grêmio Estudantil, conforme Estatuto de 27 de setembro de 2012. Funciona nos três turnos, o ensino Médio Regular, com horários de entrada manhã de 07h00min horas às 11h45min, tarde de 13h00min horas à 17h45min horas e à noite com horário de entrada às 18h50 e saída às 23h00min para o Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA (Ciclos: VI e VII); perfazendo um total de 442 alunos, assim distribuídos: 274 Ensino Médio Regular manhã, 79 tarde, 89 noite. Vale ressaltar que a modalidade de ensino EJA, possui apenas uma turma com 26 alunos matriculados, dentre esses somente 19 estavam presentes no dia da realização dessa pesquisa.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETAS E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a coleta de dados será utilizado o questionário, o qual é definido por Haguette (1987, p. 15) como sendo “um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema”. Tal questionário será elaborado com questões, abertas e fechadas.

Também por se tratar de uma investigação em que se pretende compreender significados e valores, optamos pela realização da técnica de entrevista semiestruturada, Haguette (1987, p.26) define este procedimento como sendo o “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.”.

A aplicação dos questionários, bem como a realização das entrevistas será efetivada pelo próprio pesquisador junto à amostra. Vale ressaltar que essas ações ocorrerão mediante a aceitação expressa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que será elaborado pelo investigador.

Inicialmente o pesquisador responsável fez a leitura do questionário e as devidas explicações quanto a seu preenchimento, visto que no questionário contam questões abertas também. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue e assinado previamente pelos alunos participantes da pesquisa.

A aplicação dos questionários ocorreu de forma individual na Instituição de Ensino onde os alunos estudam. A duração de aplicação dos questionários é de cerca de trinta minutos e durante este período o pesquisador se manterá na sala onde tais questionários serão aplicados. Por último as entrevistas que serão realizadas pelo pesquisador com alunos e professores.

Nesta fase a pesquisa seguiu as etapas propostas por Lefèvre; Lefèvre, detalhadamente: organização do material coletado, listagem e leitura dos dados; releitura dos textos e identificação dos temas, pertinentes às questões correspondentes; agrupamento dos

dados segundo os elementos significativos (temas) que se somam ou se confirmam num mesmo plano de significado; decomposição e organização em blocos de significados para permitir a construção das categorias empíricas de análise. Em todo o processo de análise e discussão, o material será relacionado á literatura pertinente para respaldar na discussão.

### 3.5 PROCEDIMENTO ÉTICO DA PESQUISA:

Foram observadas as normas éticas determinadas na resolução 196/96 do conselho nacional de saúde, na perspectiva de garantir o anonimato dos participantes, assim como a sua autonomia no que se refere no consentimento livre e esclarecido e respeito a vida, objetivando o exercício pleno da autonomia. (BRASIL, 1996).

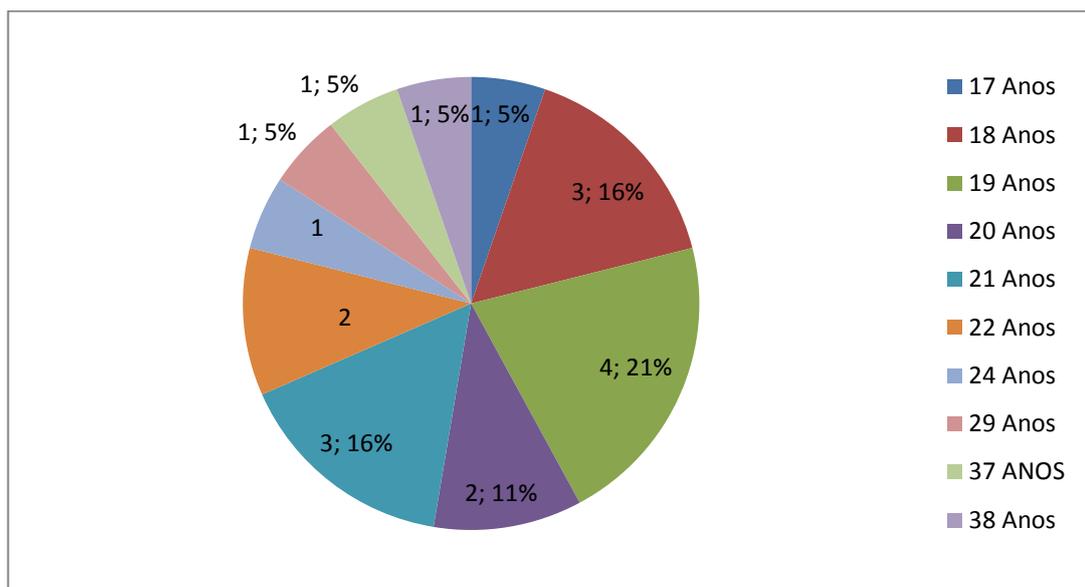
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de melhor facilitar a compreensão, os dados são apresentados em dois blocos: perfil dos sujeitos e percepção ambiental, seguidos da análise e discussão.

### 4.1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

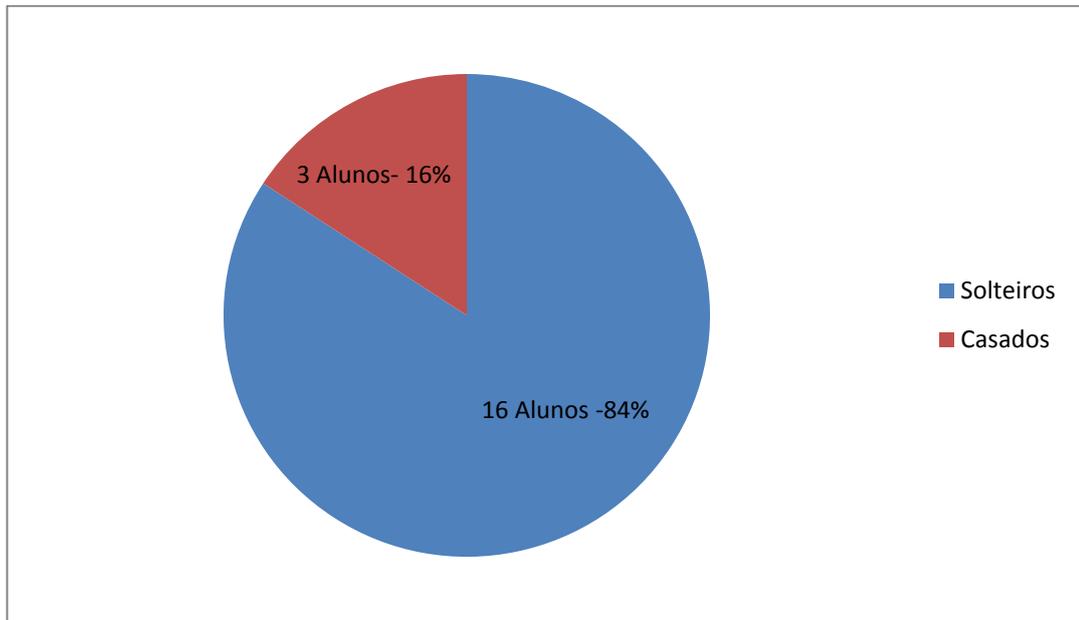
Inicialmente o gráfico 1 apresenta a faixa etária dos alunos. Na amostra dos participantes é possível notar que 1% estavam com 14 anos, 20% com 15 anos, 27% com 16 anos, 35% com 17 anos, 7% com 18 anos e apenas 3% com 20 anos. Percebe-se, portanto, que a maioria dos estudantes possui entre 16 e 17 anos de idade, representando uma percentagem de 62% de 100% dos alunos pesquisados.

Gráfico 1. Faixa etária dos estudantes pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

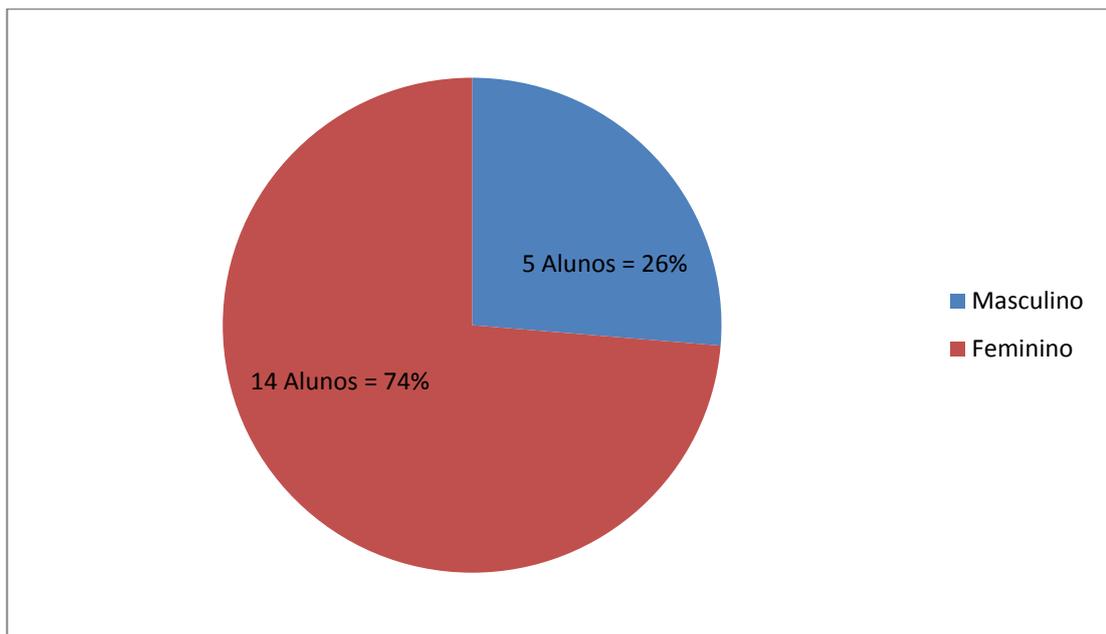
Gráfico 2. Estado civil dos estudantes pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Com relação ao gênero dos discentes pesquisados, o gráfico 3, expõe uma maioria do sexo feminino, o que corresponde a 74% dos alunos pesquisados, enquanto que 26% corresponde ao sexo masculino.

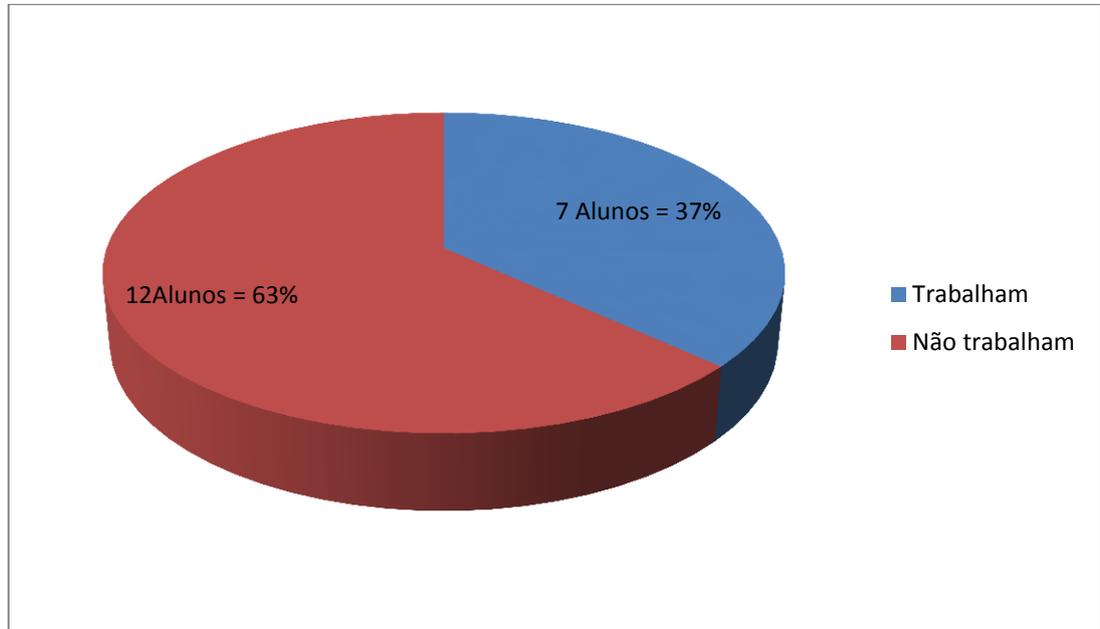
Gráfico 3. Gênero dos estudantes pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto à ocupação dos pesquisados percebe-se que a maioria dos discentes não trabalha.

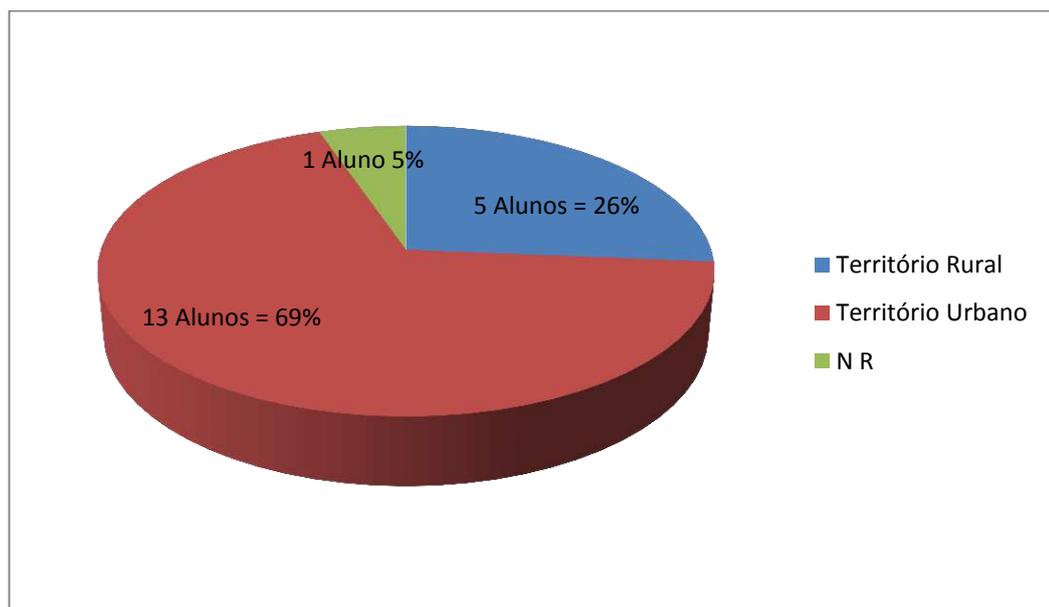
**Gráfico 4.** Ocupação dos estudantes pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto à localidade de moradia, constata-se, que dos dezenove (19) alunos pesquisados, 13, isto é, 69% residem no território urbano, 5 alunos, 26% no território rural e um, 5% não respondeu onde morava. Como evidenciado no gráfico abaixo.

**Gráfico 5.** Procedência dos estudantes pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

#### 4.2 PERFIL DAS PROFESSORAS

A tabela 1 apresenta o perfil das professoras que participaram da pesquisa. Para preservar a identidade dos docentes, as mesmas foram identificadas por Professora (P1) e Professora (P2).

**Tabela 1.** Perfil das professoras participantes da pesquisa

<b>Identificação</b>	<b>Professora (P1)</b>	<b>Professora (P2)</b>
Idade	45 anos	53 anos
Estado civil	Solteira	Solteira
Gênero	Feminino	Feminino
Formação acadêmica	Licenciatura plena em biologia e especialização em educação ambiental	Licenciatura plena em geografia
Tempo que leciona	(6) seis anos	(3) meses

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Do perfil das professoras pesquisadas percebe-se que ambas são solteiras, gênero feminino, tem licenciatura plena na área em que lecionam, sendo que P1 além de graduação possui Especialização em Educação Ambiental a mesma tem 45 (quarenta e cinco anos de idade) e lecionam na EJA há seis anos. Quanto a P2 tem 53 (cinquenta e três) anos de idade e tem apenas (3) meses na Educação de Jovens e Adultos.

#### 4.3 PESQUISA DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

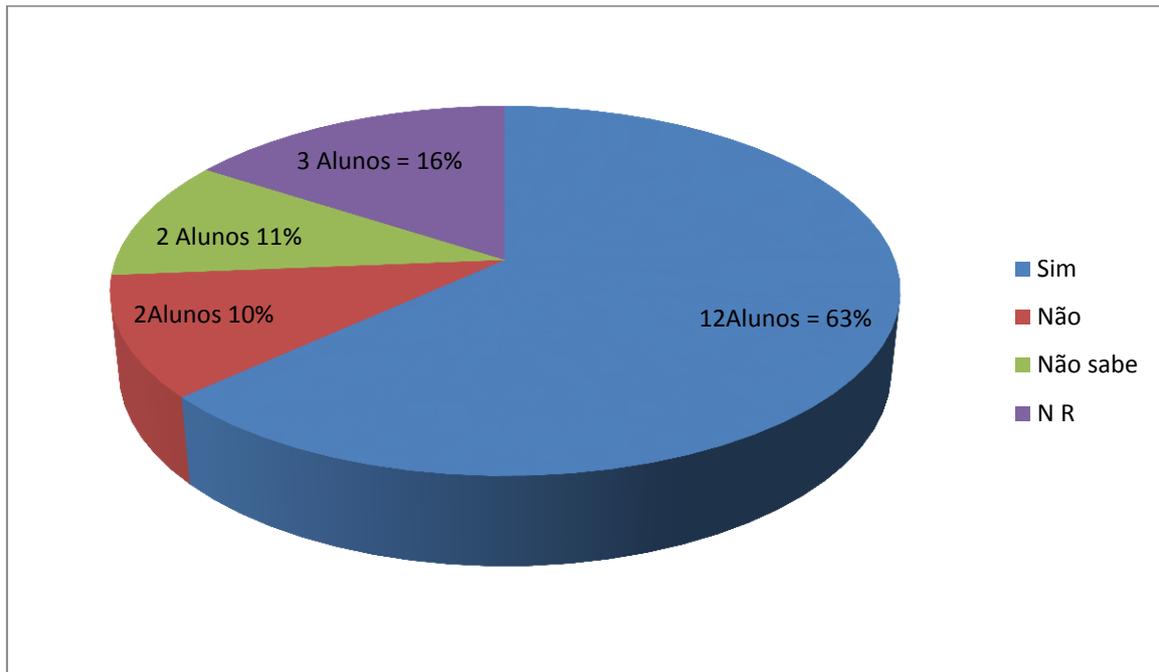
Nesta seção são apresentados os dados e a análise dos mesmos sobre Educação Escolar, Meio Ambiente e Economia Solidária: o olhar de estudantes e professores da EJA Para preservar a identidade dos alunos pesquisados os mesmos foram identificados a critério do Pesquisador por: A1, A2... A19 e as Professoras por P1 e P2.

##### 4.3.1 Concepção dos alunos sobre os temas pesquisados

Para compreender o espaço ocupado pelas questões ambientais e pela economia solidaria durante as aulas, optou-se por aplicar aos mesmos um questionário, analisando suas respostas objetivas e subjetivas, conforme os gráficos expostos a seguir.

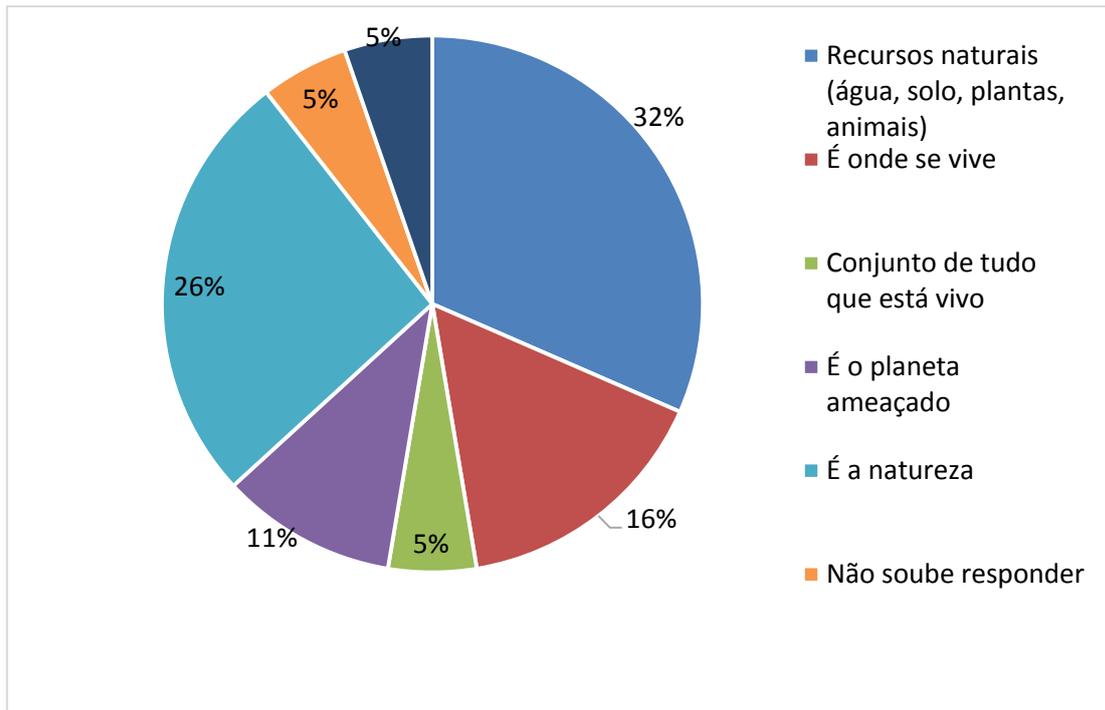
Como observado no gráfico abaixo 63% dos alunos afirmaram já ter sido trabalhado os temas Meio Ambiente e Economia Solidária em sala de aula, no entanto, ao analisarmos as resposta percebe-se que ou o tema não foi de fato trabalhado ou se foi, tal apresentação não ocorreu de forma correta ou os estudantes não participaram das aulas (Gráfico 5).

**Gráfico 6.** Participação em atividades sobre Economia Solidária e Meio Ambiente em sala de aula.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quando questionados sobre o que entendiam por Meio Ambiente, os discentes responderam de forma bastante diversa (Gráfico 6):

**Gráfico 7** Conceituações dos estudantes da pesquisa para Meio Ambiente

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Na fala dos educandos em sua grande maioria, fica evidente a vaga compreensão dos mesmos sobre meio ambiente, além de este ser sempre colocado como algo separado do ser humano o que e segundo Hoeffel *et al*, (2008, p.4) constitui-se em um grande equívoco; para este autor “a ideia de ambiente como algo separado dos seres humanos e que serve apenas como pano de fundo para a história humana é uma visão enganosa”

**A4:** *O meio ambiente é tudo de bom faz muito bem a saúde.*

**A8:** *Meio ambiente é a preservação da natureza. Não desmatar, não jogar lixo na rua etc.*

**A9:** *Meio ambiente e tudo que a gente pode ver no dia a dia a natureza*

**A14:** *Meio ambiente é a vida das pessoas e dos animais, temos que zelar por ele.*

**A16:** *É a preservação da natureza.*

**A19:** *O meio ambiente para mim é não jogar lixo nas rua.*

É notório que a Educação Ambiental na escola é de suma importância na resolução dos problemas, pois incentiva os alunos a conhecerem e fazerem sua parte, entre elas: evitar desperdício de água, luz e consumos desnecessários, fazer coleta seletiva, adquirir produtos de empresas preocupadas com o meio ambiente, cobrarem das autoridades competentes para que apliquem a lei, tratem o lixo e o esgoto de forma correta, protejam áreas naturais, façam um planejamento da utilização do solo, incentivem a reciclagem entre outros.

Para construirmos um meio ambiente mais sustentável é preciso compromisso, mudanças de comportamento, de conduta e valores. É necessário conhecer como o homem se relaciona com o meio, através de sua percepção, descobrindo assim, sua interação com o meio ambiente (BERDAGUE *et. al.* 2006).

A preservação e a conservação do meio ambiente dependem de todos: governo, educadores, empresas, Organizações Não-Governamentais (ONGs), meios de comunicação e de cada cidadão, mas sobretudo, o estudo de Educação Ambiental, vai além do conhecimento vivenciado pelos alunos nas séries iniciais. Os alunos do ensino médio possuem condições cognitivas para refletirem um pouco mais sobre as ações do homem e seu meio e as formas de melhor conviver com este meio.

A participação dos alunos do ensino médio em atividades ambientais é fundamental, por esta ser a fase escolar que menos apresenta atividades práticas, idade escolar na qual possui muitos conflitos intelectuais e, portanto, a qual mais necessita de uma metodologia que comprove suas suposições, dúvidas teóricas.

Evidencia-se com esses resultados, que a simplicidade dos conceitos aqui expressos possa estar relacionados à forma como as aulas e os conteúdos são abordados em sala de aula.

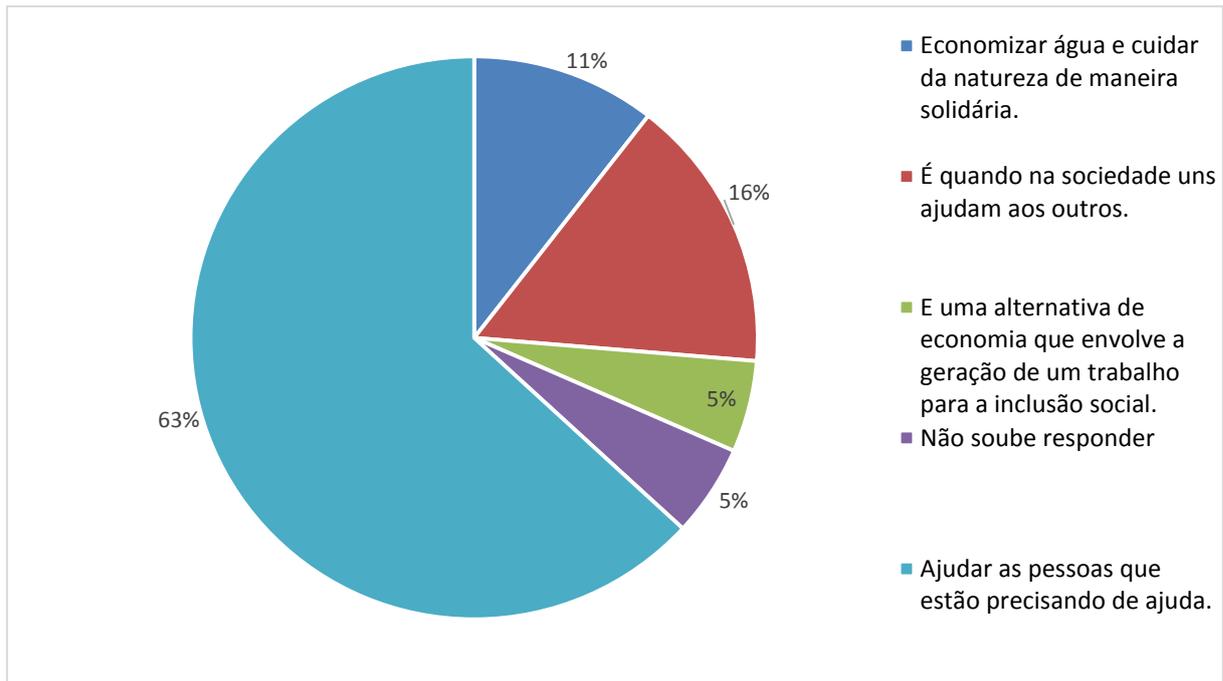
A geração de uma conduta ambiental e uma conseqüente ação ambiental pode ser avaliada partindo-se da análise de como o indivíduo interage com o ambiente que o cerca, como a mente humana absorve e processa as informações advindas do ambiente físico externo, e ainda, de que forma este ambiente externo influi no seu comportamento.

Consciência crítica e cidadania, por sua vez, estão intimamente ligadas à educação em todos os níveis: em casa, na escola e em qualquer outro local. Só assim será possível alcançar um uso mais sustentável da água, a fim de garantir esse recurso para as próximas gerações com a qualidade e a quantidade adequadas (FOLETO; FARIAS, 2005).

Neste contexto, cursos de formação continuada para os professores, além de um Planejamento associado ao Projeto Político Pedagógica da Escola poderão contribuir para uma melhor conceituação do Termo Meio Ambiente e para um melhor desenvolvimento da Educação Ambiental na prática junto as escolas.

Ao serem indagados sobre o que entendiam por Economia Solidária, observou-se que a maioria dos alunos desconhece totalmente o assunto, conforme evidenciado no gráfico 7 abaixo.

**Gráfico 8.** Percepções dos estudantes sobre Economia Solidária



**Fonte**

Kruppa (2005) aponta que na escola há, ainda, os conteúdos escolares, igualmente hierarquizados e segmentados no currículo pela grade de aulas – o conhecimento parcelar circunscrito pelas disciplinas escolares. A visão de totalidade do real perde-se nessa fragmentação. As disciplinas são, na escola, o correspondente do saber especializado, na sociedade, que constrói jargões que dificultam a comunicação entre pessoas de profissões diferentes.

Argumenta a autora que a Economia Solidária tem que entrar na educação como fez a economia capitalista, que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução da vida que devem estar pautadas por novos valores.

A Economia Solidária é meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. É, portanto, uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando, contudo, a defesa do idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças.

A Economia Solidária busca trazer por meio da educação uma melhora na qualidade de vida das pessoas, especialmente dos que são explorados por sua força de trabalho. Ela procura mostrar às pessoas que seus valores, que o valor do trabalho tem muito mais importância que o capital, ela traz diversas alternativas para conscientizar e incentivar as pessoas a conseguir sua subsistência ou qualidade de vida sem ser explorado e sem precisar vender sua força de trabalho, nesse sentido, precisa ser discutida em sala de aula, para a formação cidadã.

Importa reconhecer que uma educação que valoriza a palavra do educando e os seus saberes de vida e do trabalho como fundamentais no processo de formação integral e trabalha com o espírito de solidariedade e cooperação contribui para o que Tiriba (2004) ressaltou: a possibilidade de se superar o vínculo da formação do trabalhador somente para o mercado globalizado, assalariado, excludente e altamente competitivo.

#### 4.4 CONCEPÇÃO DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

Para saber se os temas: Meio Ambiente e Economia Solidária são trabalhados e como são abordados em sala de aula, optou-se por realizar uma entrevista semiestruturada com duas professoras das disciplinas de Biologia e Geografia na escola supracitada.

Inicialmente, as professoras foram indagadas se consideravam importantes trabalhar os temas acima referidos em sala de aula e ambas afirmaram que sim, contudo, quando Indagadas se já haviam desenvolvido algum trabalho ou projeto nessas temáticas, apenas uma relatou que sim, sendo a fonte de consulta principalmente a Internet. Quanto à metodologia utilizada para trabalhar tais questões, as docentes responderam que além da exposição teórica dos conteúdos, optam por trabalho em grupo, pesquisa na internet, seminário, apresentação de vídeos e slides.

Quanto à questão sobre se achavam o aluno da EJA mais receptivo a essas reflexões, apenas uma mencionou que sim.

Relativo a compreensão das docentes se tais temas ajudam no emponderamento dos alunos da EJA, as docentes responderam que *‘em parte sim, porém alguns alunos ainda precisam muito de incentivo’* (P1) e que *‘sim, pois com temas assim, eles entendem mais o meio em que vivem’* (P2).

Por fim foi indagado se existe alguma estratégia de capacitação para os docentes em temáticas como Meio Ambiente e Economia Solidária, as professoras expressaram que em

relação à capacitação sobre estes temas, ainda há uma lacuna enorme, com ausências de estratégias de capacitação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as respostas dos alunos entrevistados nessa pesquisa, percebeu-se que o entendimento dos mesmos sobre o conceito de Meio Ambiente foi frágil e superficial, não condizente com conceituações e aprendizagem esperada por alunos do 3º ano do Ensino Médio, haja vista ser este a última etapa da educação básica, onde estes estão aptos a ingressarem na universidade e no mercado de trabalho, assim, pode-se afirmar que esses alunos saem sem o conhecimento necessário para uma convivência harmoniosa com o meio em que vivem.

Com relação ao tema Economia Solidária o desconhecimento é ainda maior, tanto dos alunos quanto dos professores, o que pode ser visto como fator negativo, uma vez que esta forma de economia tem como um de seus pilares a solidariedade social e a sustentabilidade, priorizando espaços de inserção e inclusão de classes menos favorecidas.

Em relação às respostas das professoras, observou-se que ambas, embora tenham considerado importante trabalhar temas como Meio Ambiente e Economia Solidária em salas de aula da EJA, a partir do confronto com as respostas dos alunos, que tais temas ou não são trabalhados, ou se são não estão surtindo efeito.

Faz-se necessário, portanto, que a escola e os professores organizem atividades cujo intuito seja proporcionar aos educandos um conhecimento mais abrangente sobre Meio Ambiente, cuja degradação avança a cada dia seja no meio rural ou urbano, e dessa forma caminhar para a formação de uma sociedade sustentável.

É notório que através do estudo da percepção ambiental pode-se verificar o nível de satisfação dos educandos com o escopo de identificar os aspectos que fragilizam e potencializam o nível de satisfação. E, deste modo, sugerir ações que alavanquem satisfação, motivação para o aprendizado e promoção da qualidade ambiental. A pesquisa, portanto, possibilita um maior nível de liberdade na abordagem dos fatores que estariam ou não influenciando nas atividades relacionadas pelos mesmos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: In: fundação Universidade Federal do Rio Grande. **Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental**, v. 4.out/nov/dez 2000.
- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.
- BERDAGUE, C. *et al.* **Percepção Ambiental: a cidade versus seu rio**. In: FONTES, et al. (ORG.) Recursos Hídricos e percepção ambiental no município de Viçosa, MG. Viçosa: Folha de Viçosa, 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- DAVIDOFF, L. F. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br>. Acesso em: 19 de mar 2017.
- FERNANDES, J. R. **O computador na educação de jovens e adultos: sentidos e caminhos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- FOLETO, E. M., FARIAS, G. F. **A divulgação de alternativas para o uso racional dos recursos hídricos na 7<sup>o</sup> série da escola estadual Érico Veríssimo**. Universidade Federal de Santa Maria – RS, Pró-Reitoria de graduação – PROGRAD, Santa Maria – RS, 2005.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.
- \_\_\_\_\_, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- \_\_\_\_\_, P. **Solidariedade na Economia: uma alternativa à competição capitalista**, 2003. Entrevista. Disponível em: [www.base.socioeco.org](http://www.base.socioeco.org). Acesso em: 26 de 09 de 2013.
- GASKELL, G.. Entrevistas individuais e grupais. IN: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- GOVERNO DA PARAÍBA. Secretária de Estado da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador: Documento Orientador**. João Pessoa, 2012.

HADDAD, S. DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 n° 14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2017.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOEFFEL, João Luiz. SORRENTINO, Marcos. MACHADO, Micheli K. **CONCEPÇÕES SOBRE A NATUREZA E SUSTENTABILIDADE UM ESTUDO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ATIBAINHA – NAZARÉ PAULISTA/SP**. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT10/luis\\_hoffel.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/luis_hoffel.pdf). Acesso em: 2 de abril de 2017.

KÖPPEN, W.; GEIGER, R. **Klimate der Erde**. Gotha: Verlag Justus Perthes. 1928.

KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educs, 2003. (Desdobramentos).

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. DP&A. Rio de Janeiro:1999 (p.111-129).

MENDES, Renato Porto Ribeiro. **Percepção sobre meio ambiente e Educação Ambiental: O olhar dos graduandos de ciências biológicas da PUC-BETIM** Dissertação (Mestrado). 2006.

MOURA, T. M. M. Formação de Educadores de Jovens e Adultos: realidade, desafios e perspectivas atuais. **Práxis educacional**, vitória da conquista v. 5, n. 7, p. 45-72, jul./dez, 2009. Disponível em: [www.periodicos.uesb.br](http://www.periodicos.uesb.br). Acesso em: 13 de julho de 2013.

PACHECO, ÉSER.; SILVA.; HILTON, P. **Compromissos Epistemológicos do Conceito de Percepção Ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.

PIRES, Paulo S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Edit. SENAC São Paulo, 2002.

PORCARO, R. C. **Caminhos e descaminhos da formação de educadores de jovens e adultos**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011. Portal cidades@. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=251550>. Acesso em: 18 de Maio de 2017.

REIGOTA, M. A. dos S. Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. **Avaliação** (Campinas), Jun 2007, v. 12.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SATO, M. Debatendo os desafios da educação ambiental. In: **Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental**. p14- 33. 2001.

SINGER, P. Economia Solidária. IN: Santos, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUSA, Paulo Renato. **PCN Ensino Médio**. 1999.

TIRIBA, L. **A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entrem em campo)**. 2004. Disponível <<http://hermes.ucs.br>>. Acesso em: 9 mar 2017.

TUAN, T. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel. 1980.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YOUNG, Michael. **Para que serve as escolas?** Educ. soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set. / dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em:

**APÊNDICE A**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

*Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.* Essa pesquisa é o Trabalho de Conclusão no Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano de Josinaldo Cavalcante (996063537), sob a orientação da Profa. Dra. Adriana de Fátima Meira Vital (99903 3296)(UFCG). Obrigada por participar dessa construção.

### CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade, RG \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF \_\_\_\_\_ nascido (a) em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo **“EDUCAÇÃO ESCOLAR, MEIO AMBIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: o olhar de estudantes e professores da EJA”**. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- D) O estudo se faz necessário para que se possam conhecer a concepção dos discentes do 3º Ano da modalidade de ensino EJA a respeito dos conceitos Meio Ambiente e Economia Solidária e assim averiguar como tais conceitos são abordados pelas disciplinas de Biologia e Geografia;

- II) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- III) Os resultados obtidos durante este projeto serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- IV) Estou ciente que receberei uma via deste termo de consentimento.

Sumé - PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Nome:** \_\_\_\_\_

Nome / RG / Telefone

Endereço do pesquisador: Rua Severino Ribeiro de Assis nº 01 Centro de Serra Branca-PB E-mail [jcavalcante412@gmail.com](mailto:jcavalcante412@gmail.com)

**APÊNDICE B**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, MEIO AMBIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: o olhar de  
estudantes e professores da EJA**

JOSINALDO CAVALCANTE (Acadêmico)

ADRIANA DE FÁTIMA MEIRA VITAL (Orientadora UFCG)

**ROTEIRO DA ENTREVISTA COM ALUNOS**

1. Idade: \_\_\_\_\_

2. Estado civil: \_\_\_\_\_

3. Gênero: ( ) Masculino                      Feminino ( )

4. Trabalha: Sim ( ) \_\_\_\_\_ Não ( )

5. Local onde mora: Zona Rural ( )      Zona Urbana ( )

6. Seus professores já trabalharam os temas Meio Ambiente e Economia Solidária em sala de aula? ( ) sim ( ) não ( ) não sabe

7. Escreva o que é Meio Ambiente para você:

---

---

---

---

8. Escreva o que entende por Economia Solidária:

---

---

---

---

**APÊNDICE C**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, MEIO AMBIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: o olhar de  
estudantes e professores da EJA**

JOSINALDO CAVALCANTE (Acadêmico)

ADRIANA DE FÁTIMA MEIRA VITAL (Orientadora UFCG)

**ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PROFESSORES**

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Estado civil: \_\_\_\_\_
3. Gênero: ( ) Masculino                      Feminino ( )
4. Formação: \_\_\_\_\_
5. Há quanto tempo ensina na EJA? \_\_\_\_\_
6. Considera importante trabalhar temas como Meio Ambiente e Economia Solidária em salas da EJA? ( ) sim ( ) não ( ) não sabe
7. Já desenvolveu algum trabalho ou projeto nessas temáticas? ( ) sim ( ) não
8. Acha o aluno da EJA mais receptivo a essas reflexões? ( ) sim ( ) não
9. Onde procura os conteúdos sobre Meio Ambiente e Economia Solidária?  
\_\_\_\_\_
10. Que metodologia utiliza para trabalhar tais questões?
11. Em sua opinião, esses temas ajudam no empoderamento dos alunos da EJA?
12. Existe alguma estratégia de capacitação para os docentes em temáticas como Meio Ambiente e Economia Solidária?